

## **POLÍTICAS EDUCACIONAIS E MUDANÇAS NO CONTEXTO ESCOLAR: A QUESTÃO DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA PERNAMBUCANA**

Lúcia de Fátima Farias da Silva

*Universidade Estadual da Paraíba – Programa de Pós-graduação em Formação de Professores.*  
[luciafariasgente@yahoo.com.br](mailto:luciafariasgente@yahoo.com.br)

### **Resumo:**

Este artigo contempla o resultado parcial de uma pesquisa, que se encontra em andamento, acerca da compreensão dos professores de uma escola pernambucana sobre as repercussões no cotidiano escolar motivadas pela implementação de políticas educacionais. Enfoca um recorte da revisão bibliográfica referente à questão da inclusão de estudantes com deficiência, visto que a escola pesquisada apresenta um histórico de atendimento inclusivo de estudantes com deficiência auditiva e visual desde os anos oitenta, antes mesmo da LDB/96 ou da Declaração de Salamanca/94. A pesquisa de onde se fragmentou o presente estudo considera as políticas públicas emanadas pelo Estado em uma conjuntura de reformas no modelo de gestão desenvolvido em Pernambuco na última década. Pretende-se ter como produto resultante da pesquisa, um resgate histórico da Escola a partir dos pontos de vista, das experiências e relatos descritos pelos professores e um museu dedicado à preservação das memórias da instituição. A pesquisa tem uma proposta metodológica de cunho qualitativo, sendo utilizado o método estudo de caso, com entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental. Ao investigar os impactos das políticas educacionais no cotidiano escolar, possibilita-se a análise histórica da construção da memória institucional, componente fundamental da identidade da escola na ocasião em que comemora quarenta anos de atuação. Ademais, tem-se a oportunidade de contribuir para o debate educacional em Pernambuco, na medida em que é dissecada e exposta a história da educação do Estado na ótica dos professores, ou seja, do interior da escola. Palavras chave: Política educacional, Inclusão, Cotidiano Escolar.

### **Introdução**

A escola de educação básica, responsável pela preparação dos estudantes para a continuidade dos estudos e para o mundo do trabalho, além de enfrentar inúmeros desafios no cumprimento da sua função, vivencia atualmente a expectativa de implementação de uma importante política educacional: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que já traz em seu bojo múltiplas discussões. As políticas públicas influenciam a vida dos cidadãos, pois se constituem em ações desencadeadas pelo Estado visando ao atendimento de demandas da sociedade. As políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar, regulam e orientam os sistemas de ensino.

Considerando que a implementação das políticas educacionais provocam mudanças no contexto escolar, estamos propondo uma pesquisa que tenciona analisar as concepções dos



professores que atuam numa escola pernambucana acerca de tais modificações. Com esta intencionalidade, busca-se analisar o papel dos educadores no processo de implementação das políticas estaduais de educação, identificando, a partir das descrições dos professores, as principais transformações ocorridas na Escola, decorrentes da execução de tais políticas.

No caso em estudo, serão consideradas as políticas educacionais propostas pelo Estado, em uma conjuntura de reformas no modelo de gestão desenvolvido em Pernambuco na última década; aquelas que demandaram maiores efeitos no contexto escolar, modificando alguns aspectos fundamentais da escola, tais como: currículo, avaliação, prática docente, gestão. Assim, apesar de a escola estudada ter quarenta anos de atuação na educação do município de Surubim, no agreste setentrional de Pernambuco, a pesquisa focará especialmente o último decênio, haja vista a importância estratégica das transformações ocorridas na escola neste período, tendo sido provocadas pela implantação de políticas estaduais de educação.

A pesquisa permitirá a composição de uma linha histórica da instituição, a ser consolidada em um relato memorial e em um museu, destacando como a escola teve sua trajetória de trabalho e atendimento à comunidade alterada pela execução de políticas públicas, buscando detectar a interpretação dos professores acerca de tais mudanças, configurando, desta forma, a cultura escolar que está arraigada nos fazeres e saberes construídos na própria escola e os meandros de como esta cultura vai se atualizando, ou seja, como a instituição escolar vai se adequando aos novos contextos modificados ou direcionados pelas políticas implementadas.

Neste contexto, a partir do levantamento das memórias da unidade escolar em estudo, surge a questão da inclusão de estudantes com deficiência. Concordamos com Mantoan (2003, p.16) quando afirma que a “inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”. Contudo, neste artigo tratamos especialmente da questão da inclusão escolar de estudantes com deficiência.

Cumprе ressaltar que esta pesquisa encontra-se em andamento, e o presente artigo contempla o resultado parcial, considerando um recorte da revisão bibliográfica, no que diz respeito à inclusão de alunos com deficiência auditiva e visual atendidos pela escola campo de estudo.



### **Metodologia: Planejando a Pesquisa**

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, visto que “o interesse central dessa pesquisa está em uma interpretação dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações em uma realidade socialmente construída” (MOREIRA, 2011, p.76). É um estudo de caso, apoiando-se em relatos concedidos por pessoas-fonte por meio de entrevistas semiestruturadas, além de pesquisa documental utilizando-se de documentos oficiais especialmente a Lei Complementar Nº 125 de 10/07/2008, que cria o Programa de Educação Integral de Pernambuco e a Nota Técnica emitida pela Secretaria de Educação do Estado que esclarece a rede sobre o Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco (SAEPE) e as Metas para a Educação Básica considerando os indicadores educacionais do Estado, sobretudo o Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE). A análise destes documentos será priorizada, visto que as políticas por eles instituídas provocou mudanças significativas no contexto escolar, no recorte temporal considerado, atingindo sobremaneira o cotidiano escolar dos estudantes com deficiência. Além da análise destes documentos, serão considerados a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, como também poderão servir para consulta durante o desenvolvimento da pesquisa outros documentos, tais como: Documento Orientador do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Diretrizes Curriculares, Portarias, Instruções de Avaliação, Matrizes curriculares, além do Projeto Político Pedagógico (PPP), Regimento, Diários de classe, Planejamentos, Atas de reuniões, Caderno de anotações, dentre outros.

A população envolvida é constituída por professores que atuam na escola campo de estudo durante o período em que se limita a pesquisa, e que vivenciaram, na função de docência ou de gestão, as mudanças decorrentes da implementação de políticas educacionais que interferiram em aspectos importantes, tais como: gestão, avaliação, currículo, prática docente. Serão convidados a participar das entrevistas todos os professores que atuaram na escola pesquisada desde o ano de 2006 até os dias atuais, sendo efetivamente entrevistados aqueles que aceitarem a convocação. Não participam da pesquisa outros profissionais que não tenham nenhuma ligação com a escola estudada ou que não sejam professores, dada a posição estratégica do educador em vivenciar experiências pedagógicas na sala de aula ou na gestão da escola.



Como dito anteriormente, o foco da pesquisa está direcionado ao intervalo correspondente à última década. Contudo, não se pode deixar de considerar todo o tempo de atuação da escola, pois o itinerário histórico segue uma sequência de acontecimentos interconectados e interdependentes, de maneira que os fatos não são isolados e os acontecimentos de um período influenciam o desfecho dos eventos e resultados nos períodos subsequentes. Por isso, serão apreciados relatos e informações orais de professores que tiveram atuação marcante na história da Escola, tendo como critério a acessibilidade a estas pessoas. Além disso, serão utilizados também documentos escritos em qualquer época, como fontes interessantes e plausíveis para a elucidação de lacunas que ocasionalmente sejam detectadas na análise do tema em questão.

Como instrumento de coleta de dados será utilizado um questionário com perguntas a serem feitas aos professores participantes da pesquisa. Será utilizado um roteiro com questões orientadoras para as entrevistas semiestruturadas com esses profissionais, além de um equipamento audiovisual para o registro das entrevistas devidamente autorizadas. Este questionário será composto por perguntas direcionadas ao professor participante visando esclarecer a pergunta da pesquisa que está detalhada da seguinte forma:

1) Como os professores de uma escola do agreste pernambucano descrevem as mudanças ocorridas no contexto escolar, advindas da implementação de políticas estaduais de educação, no último decênio?

1.a Como os professores descrevem a sua participação na implementação das políticas públicas educacionais em sua escola?

1.b Quais as mudanças descritas pelos professores como decorrentes da execução dessas políticas na escola, especialmente na sala de aula, quanto a: currículo, avaliação, prática docente, gestão?

2) A que os professores atribuem a instauração destas políticas?

3) Quais os obstáculos identificados pelos professores de uma escola pernambucana na efetivação destas políticas?

3.a Que estratégias foram utilizadas para superar estes obstáculos?

A partir destas questões de pesquisa serão elaboradas as perguntas da entrevista. O processamento e análise dos dados se darão a partir da transcrição das entrevistas e análise do conteúdo, na perspectiva de Bardin (2009). Portanto, o objeto de análise são as entrevistas feitas aos professores.



## Resultados e Discussão

No contato direto e diário que temos com professores e no próprio desempenho da função profissional, temos verificado que a questão da implementação das políticas públicas educacionais e as repercussões no cotidiano da escola têm despertado cada vez mais a atenção de todos. Quando nos referimos ao termo política pública, o entendemos segundo Oliveira (s/d, p.1) quando afirma que “é uma expressão que visa definir uma situação específica da política”. Do ponto de vista etimológico, política pública refere-se à participação do povo nas decisões da cidade, do território, pois “política é uma palavra de origem grega, *politikó*, que exprime a condição de participação da pessoa que é livre nas decisões sobre os rumos da cidade, a *pólis* (OLIVEIRA, p.1).

Ao tratar do tema que analisa os impactos das políticas públicas no cotidiano das escolas, foram identificadas algumas pesquisas já realizadas como, por exemplo: Ferreira e De Barros Nogueira (2016) analisam uma política pública, o Plano Nacional de Educação (PNE), considerando os reflexos produzidos no cotidiano escolar; analisa a questão da judicialidade e das consequências da implementação do PNE, recorrendo a consultas bibliográficas. Já Delgado (2012), analisa o impacto das políticas públicas nas práticas escolares, sobretudo as avaliativas, a partir da implantação dos ciclos e da progressão continuada, por meio de observações sistemáticas do cotidiano escolar. Enquanto Falsarella (2005, 2013) analisa, por intermédio de observações e entrevistas, a repercussão das políticas públicas desencadeadas a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (n. 9394/96) na autonomia e decisões tomadas pela equipe escolar para elaborar o projeto pedagógico.

O presente estudo prioriza a ótica dos atores internos da escola, pois incide sobre as interpretações dos professores acerca das transformações da escola mediante o desenvolvimento das políticas estaduais de educação. Ao expressar sua visão, os professores entrevistados estarão contribuindo para a elucidação de cenários e fatos ocorridos na escola, formatando, conjuntamente à sua história de vida profissional, a própria história da instituição. Neste caso, os depoimentos são valiosos não só para a compreensão dos processos de implementação de políticas educacionais, como também, permitem colocar em foco a metodologia de produção e exploração de documentos orais. Ao tomar como objeto de análise as entrevistas contendo os relatos dos professores, a pesquisa se propõe a discutir as



possibilidades e os limites desse procedimento metodológico para o estudo da história da educação no Estado.

Quanto à concepção de política, Falsarella (2013, p.256) aponta alguns conceitos acadêmicos vigentes, tais como: “arte de governar conquistando consensos, convivência entre diferentes ou, ainda, ação organizada de grupos sociais para alcançar fins coletivos”. Entretanto, convém destacar que é difícil se chegar a um consenso quanto ao conceito de política, “uma vez que toda ação política envolve disputa por diferentes interesses, alguns postos a serviço das condições gerais de vida da população, outros mais voltados a interesses particulares, empresariais ou corporativistas” (FALSARELLA, 2013, p.256). Já a palavra pública é de origem latina, *publica*, e significa povo, do povo” (OLIVEIRA, s/d, p.1). Contudo, contemporaneamente a expressão política pública tem tomado dimensões mais amplas haja vista o avanço das condições democráticas em várias partes do mundo e a diversidade de arranjos institucionais de governos. Assim, “o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real” (SOUZA, 2003, p. 13, apud OLIVEIRA, s/d, p.1). Neste trabalho, toma-se o conceito de política pública proposto por Azevedo (2003, p. 38, apud OLIVEIRA, s/d, p.2), ou seja, “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”.

Dentre as políticas implementadas pelo Estado no recorte temporal considerado para a pesquisa, ou seja, de 2006 a 2016, destacam-se o *Programa de Modernização da Gestão Pública (PMGP)*, que atingiu vários segmentos do governo, inclusive a educação, o *Programa Ganhe o Mundo (PGM)*, um programa de intercâmbio de estudantes do ensino médio, o *Programa de Formação Continuada de Gestores Escolares de Pernambuco (PROGEPE)*, que propõe a formação de gestores e fortalecimento da gestão escolar democrática no Estado, o *Professor Conectado*, que doou um computador portátil (*notebook*) a cada professor da rede, o *Pacto pela Educação*, que estabeleceu parâmetros para o monitoramento das escolas estaduais ditas prioritárias, o *Programa de Educação Integral*, uma política de educação integral para o ensino médio e, entre outras, o *Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco (SAEPE)*, uma política de avaliação das escolas públicas da rede estadual ou municipal, a depender da adesão do Município. Dentre estas, foram selecionadas duas políticas para serem analisadas: o SAEPE e o Programa de Educação



Integral. As razões para esta escolha referem-se à importância estratégica das transformações no cotidiano escolar por elas motivadas em significativos aspectos do contexto e da cultura escolar como, por exemplo, a prática docente, a gestão, o currículo e a avaliação.

Ao buscar aporte teórico acerca das implicações das políticas educacionais consideradas nesta pesquisa, tendo em vista os citados aspectos do contexto escolar, perpassamos obrigatoriamente pela questão da inclusão de estudantes com deficiência, haja vista o esforço pedagógico empreendido pela escola pesquisada em incluir os discentes com deficiência auditiva e visual, oferecendo a Educação Especial.

A Educação Especial, para efeitos da Lei nº 9.393/96, é uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com Necessidades Educativas Especiais. Este termo “necessidades educativas especiais”, citado pela primeira vez na LDB, Lei nº 9.394/96, foi anteriormente citado na Declaração de Salamanca (1994) referindo-se a “todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiência ou dificuldade de aprendizagem”. A Declaração recomenda que “seja adotado o princípio da educação inclusiva, em forma de lei ou política, matriculando todas as crianças em escolas regulares” (OMOTI, 1999, p.9), contudo, estabelece recomendações da “necessidade de práticas não inteiramente inclusivas com relação ao atendimento de deficientes que apresentam determinadas condições” (OMOTI, 1999, p.9). Também a LDB/96 leva em conta as condições específicas de alunos com deficiência que podem não permitir a plena inclusão. De todo modo, o grande desejo é que seja possível a “construção de uma sociedade capaz de oferecer a todos os seus cidadãos condições de existência plena e digna, independentemente de suas posses, antecedentes culturais e étnicos, credo religioso, ideologia, idade e gênero, condições incapacitadoras” (OMOTI, 1999, p.9). Assim sendo, levando em conta que a educação é um direito social básico e por isso deve ser oferecida a todos, a escola pesquisada por meio da sua gestão e corpo docente, numa atitude de protagonismo, implantou turmas especiais para atendimento aos alunos com deficiência auditiva em 1987, passando a atender, em 1999, também estudantes com deficiência visual. A motivação para a criação dessas turmas veio da comunidade que identificou a demanda e a escola assumiu em seu projeto pedagógico este atendimento. Gradativamente, estes estudantes passaram a ser integrados nas turmas regulares. Alguns dos estudantes cegos encontraram nas atividades do Coral da Escola uma importante forma de inclusão social.



Convém salientar que no decorrer do último decênio, sendo implementadas as políticas estudadas nesta pesquisa, ou seja, o SAEPE e o Programa de Educação Integral, houve mudanças no atendimento aos estudantes com deficiência na escola pesquisada. As descrições dos professores entrevistados no decorrer da pesquisa que se encontra em andamento nos levarão, necessariamente, a refletir se estas políticas consideram as singularidades de cada educando, no sentido de assegurar o direito de inclusão dos alunos com deficiência, apesar da pressão das avaliações externas e das metas numéricas a serem alcançadas especialmente pelas escolas integrais.

### **Conclusões**

É importante ressaltar que o presente trabalho trata de um projeto em andamento, ainda na fase de revisão de literatura, e apresenta o resultado parcial da revisão bibliográfica referente às políticas educacionais implementadas no Estado de Pernambuco, no último decênio, e as implicações no cotidiano da escola estudada de acordo com as descrições enunciadas pelos professores. Aqui, recortamos, no âmbito da pesquisa, o aspecto da inclusão de estudantes com deficiência considerando a importância estratégica para uma educação humanizada e humanizadora, a garantia dos direitos de inclusão destes estudantes mediante o contexto de implementação de um modelo de gestão com foco em resultados, inclusive na área educacional.

Pretende-se ter como produto resultante da pesquisa, um resgate histórico da Escola a partir dos pontos de vista, das experiências e relatos descritos pelos professores e um museu dedicado à preservação das memórias da instituição. Entende-se que a história institucional de uma escola é singular e individual, entretanto, está sujeita não apenas ao contexto local, às necessidades e anseios da comunidade mais próxima, mas a uma conjuntura mais ampla que inclui todo o sistema educacional estadual; está submetida às políticas implementadas que, às vezes, contradizem o caminho particular percorrido pela instituição ou mesmo às demandas da própria comunidade. Na história da escola pesquisada a inclusão de estudantes surdos e cegos deverá estar incluída em um dos capítulos mais significativos.

### **Referências**

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 2009.



BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular, 2ª. Edição Revista.** 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf> Acesso em: 16/07/2016.

Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na área de Necessidades Educativas Especiais. Brasília, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 23 ago 2016.

DELGADO, Adriana Patrício. **O Impacto das Políticas Públicas nas Práticas Escolares sob a Ótica da Avaliação de Aprendizagem.** Espaço do Currículo, v.4, n.2, pp.162-171, Setembro de 2011 a Março de 2012, ISSN 1983-1579. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec> Acesso em: 13/06/2016.

FALSARELLA, Ana Maria. **Autonomia escolar e a elaboração do projeto pedagógico: o trabalho cotidiano da escola face à nova política educacional.** Tese de Doutorado apresentada à PUC-SP – Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História, Política, Sociedade, 2005. Disponível em: [http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_busca/processaPesquisa.php?PHPSESSID=f85d3d39980b621ddb924859e8850002&listaDetalhes%5B%5D=11550&processar=Processar](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/processaPesquisa.php?PHPSESSID=f85d3d39980b621ddb924859e8850002&listaDetalhes%5B%5D=11550&processar=Processar) Acesso em 09/07/2016

FALSARELLA, Ana Maria. **Repercussões das Políticas Educacionais no Âmbito Escolar.** Meta: Avaliação | Rio de Janeiro, v. 5, n. 15, p. 254-271, set./dez. 2013. Disponível em: <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/download/180/pdf> Acesso em: 09/07/2016

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel; DE BARROS NOGUEIRA, Flávia Maria. **Impactos das políticas educacionais no cotidiano das escolas públicas e o plano nacional de educação.** @ rquivo Brasileiro de Educação, v. 3, n. 5, p. 102-129, 2016. Disponível em: [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/Noticias/impactos\\_politicas\\_educacionais\\_cotidiano\\_escolas\\_publicas\\_PNE.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/Noticias/impactos_politicas_educacionais_cotidiano_escolas_publicas_PNE.pdf) Acesso em: 09/07/2016.

MANTOAN. Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar : o que é? por quê? como fazer?** — São Paulo : Moderna , 2003.

MOREIRA, Marco Antonio. **Metodologias de Pesquisa em Ensino.** São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática.** Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf> Acesso em: 30/06/2016.

OMOTE, Sadao. Normalização, integração, inclusão.... **Ponto de Vista: revista de educação e processos inclusivos**, Florianópolis, n. 1, p. 04-13, jan. 1999. ISSN 2175-8050. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1042>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

